

jornal

SETEMBRO 2024



Federação Nacional da Educação



**O FUTURO DA
EDUCAÇÃO
EXIGE INVESTIMENTO**

ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 36

AÇÃO SINDICAL

37 - 46

TEM A PALAVRA



47 - 49

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

50 - 70

INTERNACIONAL

71 - 72

SAÚDE



EDITORIAL



Por um Ano Letivo de +Valorização e +Alegria

Estimados Professores, Educadores e Trabalhadores da Educação,

É com grande entusiasmo que damos início a mais um ano letivo, mesmo reconhecendo a existência de muitos problemas, insuficiências e fragilidades, há muito identificados pela FNE e decorrentes de, ao longo dos últimos anos, ter havido falta de investimento, planificação e definição de estratégias para se tomarem medidas capazes de, a tempo e horas, permitir soluções para os problemas identificados. Um período que renova a nossa esperança e nos desafia a agir para alcançar um futuro melhor para a educação no nosso país, mas também para a melhoria das nossas condições de trabalho e de vida.

Neste novo ano, desejo a todos que este seja repleto de realizações pessoais, de valorização profissional e de muitas alegrias. Que as nossas escolas sejam espaços inclusivos, de troca de conhecimentos, de construção de valores e capazes de ter todos os recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento integral dos nossos alunos.

Acredito convictamente que a educação é o principal pilar para a construção de uma sociedade desenvolvida, justa e inclusiva, onde todos possam desenvolver o seu potencial. Por isso, é imprescindível que sejam valorizados os seus atores principais, aqueles que diariamente assumem o importante papel na construção de um futuro melhor. É fundamental que continuemos a lutar por melhores condições de trabalho e por uma educação de qualidade para todos, **especialmente para aqueles que ainda enfrentam a precariedade e injustiças no exercício da profissão.**

Que este ano seja marcado pela valorização profissional de todos os que dedicam as suas vidas à educação. Que os nossos esforços sejam reconhecidos e que tenhamos o apoio necessário para realizarmos um trabalho cada vez mais significativo. **Vamos, juntos, trabalhar para a melhoria e valorização das carreiras, pela justa valorização salarial, e por condições de trabalho dignas para todos.**

Que as nossas escolas sejam espaços seguros, acolhedores e estimulantes, onde todos se sintam valorizados, respeitados e com todas as condições para poderem exercer o seu trabalho. Que esta Esperança seja acompanhada pela Alegria, inspirando-nos a superar desafios e a alcançar a excelência.

A FNE empenhar-se-á ao máximo, com o vosso apoio, envolvimento e participação, para que, no final deste ano letivo, possamos dizer, mais uma vez: **consequimos!**

Com votos de um excelente ano letivo,



PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



WWW.FNE.PT

Investir NA EDUCAÇÃO Garantir O FUTURO

**VALORIZAR A EDUCAÇÃO E
TODOS OS SEUS PROFISSIONAIS
NO ORÇAMENTO DO ESTADO 2025**



Secretariado Nacional da FNE aprovou documento com propostas para o Orçamento do Estado 2025

O Secretariado Nacional da FNE reuniu em Lagoa, Algarve, a 20 de setembro de 2024 e aprovou por unanimidade um documento com as propostas da FNE para o Orçamento do Estado 2025 (OE2025).

Para a FNE, os últimos Orçamentos do Estado não corresponderam à necessidade de priorizar investimentos na área da Educação, não permitindo assim inverter o ciclo de desvalorização deste setor e dos seus profissionais.

Por isso o Secretariado Nacional da FNE avançou com este documento que tem o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para o encontro de soluções e a resolução dos problemas que a Educação enfrenta, com a FNE a propor neste documento um conjunto de medidas indispensáveis para o Orçamento do Estado 2025, visando a valorização da Educação e dos seus profissionais.

Para a FNE, a proposta do Governo para o próximo Orçamento do Estado deve fixar, finalmente, em 6% do PIB o financiamento do setor e defende medidas de valorização dos professores com a FNE a defender ainda a valorização das carreiras docente e não docente através de aumentos salariais, mas também com a criação de incentivos para os profissionais que estejam dispostos a trabalhar nas escolas mais carenciadas, onde faltam recursos.

No que respeita aos docentes, a Federação defende ainda a eliminação das vagas de acesso aos 5º e 7º escalões da carreira docente, a revisão do processo de avaliação de desempenho.

Por outro lado, propõe a criação de incentivos para a frequência dos cursos de formação inicial de professores e defende que o Governo crie condições para que as instituições de ensino superior possam alargar essa oferta.

Relativamente ao ensino superior, a FNE quer ver reforçadas as verbas atribuídas às instituições, para permitir a contratação efetiva de novos docentes e funcionários e a renovação dos equipamentos e dos laboratórios.

Para os alunos, é defendido o reforço dos apoios aos mais carenciados através das bolsas de estudo, tendo em consideração o aumento dos custos com a habitação e alimentação.

Nas propostas expostas no documento aprovado pelo SN da FNE para o OE2025, há também medidas para o ensino de português no estrangeiro, como a "criação de uma carreira digna e com estabilidade" e a eliminação da taxa de frequência, assegurando um ensino gratuito e de qualidade.





O desinvestimento, a ausência de uma planificação rigorosa das necessidades de recursos humanos e a perda de atratividade da profissão docente ao longo dos últimos anos, está a repercutir-se de forma particularmente grave nas nossas Escolas, assistindo-se a uma falta crescente de professores, facto que compromete a qualidade de ensino e das aprendizagens dos alunos.

E são os alunos oriundos de famílias mais desfavorecidas os mais afetados pela menor qualidade do serviço público de educação, por isso, uma verdadeira política de valorização da Educação implica um esforço concertado para garantir a equidade no acesso à mesma, garantindo uma educação inclusiva e justa para todos.

A FNE defende que o Orçamento do Estado para 2025 tem que refletir uma mudança de política que permita inverter o ciclo negativo de desvalorização do setor, consagrando a Educação como uma prioridade nacional.

[Consulte aqui o documento com as propostas da FNE para o OE2025.](#)
INVESTIR NA EDUCAÇÃO | GARANTIR O FUTURO



Leia o QR Code para consultar a galeria completa no flickr

Concurso externo extraordinário e apoio à deslocação Para a FNE "medidas resolvem pouco e criam mais injustiças"

Ministério da Educação e FNE reuniram duas vezes para negociar o decreto-lei que cria um regime excecional e temporário que regula o concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, a realizar no ano letivo de 2024-2025, a que se juntava, ainda, um apoio à deslocação destinado aos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário colocados em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas considerados carenciados, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A FNE, representada pelos Vice Secretários-Gerais Josefa Lopes, Manuel Teodósio e pelo Secretário-Geral Adjunto, Paulo Fernandes, considerou que "tem de haver um tratamento equitativo para todos os professores deslocados", revelando que a federação vai enviar à tutela "propostas de melhoria".

Sobre a matéria do concurso extraordinário, Manuel Teodósio, em declarações à imprensa à saída do primeiro encontro, reforçou que "este é um concurso apenas para alguns agrupamentos de escolas em que se reafirma a falta de professores. Mas nós ao nível da FNE temos de garantir que existe uma equidade no tratamento de cada caso, que não existam discrepâncias, nem ultrapassagens, situações que podem vir a colocar em causa a melhoria que se verifica nos ambientes nas escolas fruto do acordo histórico assinado pela FNE e o MECI para a recuperação do tempo de serviço em maio passado".

Relativamente ao apoio à deslocação o Vice SG afirmou que "não entendemos os 70km definidos para estes apoios e também o destinar-se única e exclusivamente aos grupos disciplinares de determinadas escolas. Isto vai levar a situações incompreensíveis de termos na mesma escola professores que apesar de serem da mesma escola, mas pertencendo a grupos disciplinares diferentes, uns vão ter direito a esse apoio e outros não. Assim como também vamos ter professores que podendo estar a 400km não terão apoio porque a sua escola poderá não estar elencada".





Na segunda reunião, FNE alertou para medidas pouco eficazes e injustas

À saída da segunda reunião em que se discutiu a criação de um apoio a professores deslocados colocados em escolas onde faltam docentes e os termos da realização de um novo concurso de vinculação, a FNE considerou que o novo concurso de vinculação e o apoio para docentes deslocados são medidas que resolvem pouco e poderão criar novas desigualdades.

É de recordar que a proposta inicial do Governo sobre o apoio à deslocação previa o pagamento de um subsídio num valor entre os 75 e 300 euros, mas esse intervalo foi alterado e estabeleceu-se nos 150 euros para professores colocados em escolas carenciadas a mais de 70 quilómetros de casa e pode ir até aos 450 euros, se estiverem a mais de 300 quilómetros.

Além deste tema, a reunião serviu para discutir também o novo concurso de vinculação extraordinário, anunciado em 22 de agosto, que procura resolver as falhas identificadas no concurso de vinculação extraordinário realizado pelo anterior exe-

cutivo, que deixou 3.000 horários sem professor atribuído, 19.000 professores sem colocação e 1.600 professores sem horário.

A proposta da tutela, apresentada nesta segunda reunião, previa que pudessem candidatar-se apenas os professores contratados, deixando de fora aqueles que já entraram para os quadros do Ministério da Educação, o que mereceu críticas dos sindicatos.

“Talvez não fossem muitos aqueles que estariam interessados, mas o facto de não lhes ser permitido não nos parece ser uma boa posição”, lamentou Manuel Teodósio, Vice Secretário-Geral da FNE.

“Alertamos o Ministério para a situação em concreto de cerca de 2.500 alunos de mestrado e que poderão ser ultrapassados por aqueles que, não tendo ingressado no mestrado, poderão agora ingressar nos quadros. Há necessidade de acautelar esta situação, para que não haja a criação de mais injustiças”, afirmou o dirigente da FNE.

Depois da reunião, o ministério solicitou às 12 organizações sindicais que enviassem a sua posição em relação a este diploma e ao apoio para professores deslocados, para que as duas medidas pudessem ser aprovadas pelo Conselho de Ministros.

PARECER FNE aponta a possíveis desigualdades

E assim foi. A FNE fez chegar ao MECI um Parecer em que deixa as suas ideias sobre os dois temas:

"A FNE não se opõe à realização deste concurso extraordinário, pois o mesmo permitirá a vinculação de docentes com contrato de trabalho a termo, ou mesmo sem contrato, o que se constitui certamente como um potencial fator de estabilidade no que ao vínculo laboral diz respeito. No entanto, a FNE defende que o concurso deveria ser interno e externo, para permitir aos professores dos quadros, candidatarem-se às novas vagas de QZPs, que irão ser colocadas a concurso. Só assim será garantida a igualdade de oportunidades no acesso às vagas que serão disponibilizadas, evitando-se eventuais ultrapassagens".

Já sobre o apoio à deslocação de educadores de infância e professores do ensino básico e secundário é referido no documento que "A FNE defende que todos os docentes que se encontram deslocados das suas residências devem ter direito a um apoio. Desde há muito que a FNE defende que devem ser adotadas políticas fiscais, nomeadamente, através de dedução específica em sede de IRS, ou através de compensações financeiras que atenuem as despesas nas deslocações para a escola, com uma eventual segunda habitação e com o vasto material escolar, pedagógico e científico, necessário ao trabalho a realizar. Por isso, tem que haver um compromisso claro por parte do MECI de que serão encetados processos negociais que criem estes apoios generalizados à deslocação e fixação de docentes. Não obstante este nosso posicionamento, compreendemos que possam ser atribuídos incentivos adicionais que promovam o interesse em lecionar em escolas de regiões desfavorecidas", refere o Parecer.



DL publicado a 13 setembro



E a 13 de setembro foi então publicado o **Decreto-Lei** que estabelece o regime aplicável ao concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente, a realizar no ano letivo de 2024-2025, e cria um apoio extraordinário e temporário de deslocação para docentes.

Pedro Barreiros: "Em vez do subsídio, deviam investir nos salários"



À margem das negociações, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, em declarações à Rádio Observador sobre este tema, deixou claro que as prioridades do Governo não estão alinhadas com as dos docentes, referindo que "não é o euro ao km que vai fazer a diferença. O que era mesmo preferível era que se aumentasse o salário dos professores do que estar numa óptica de subsídios a dar resposta a questões específicas de alguns professores. Quanto à possibilidade de vinculação de professores em escolas onde há mais carências, parece-nos positivo, mas já não achamos tão positivo o facto de o apoio à deslocação acontecer apenas para alguns professores em algumas escolas porque não se compreende que professores que fazem as mesmas distâncias, mas sendo de escolas diferentes, não tenham o mesmo apoio, criando injustiças. E não será este apoio e esta vinculação dinâmica que vão resolver o problema da falta de professores. A falta de professores combate-se através de investimento a sério na educação, através dos salários e da formação de professores. É preciso garantir que se formam mais professores do que aqueles que se estão a reformar. E para isso temos de olhar para as instituições de ensino superior e fazer com que formem não 15 ou 20 alunos por ano, mas sim 2000 ou 2500".



Novo plano para Formação Inicial de Professores apresentado pelo MECI à FNE

A FNE esteve presente no Centro de Caparide, nas instalações do Ministério da Educação, 25 de setembro de 2024, para uma primeira reunião negocial sobre o regime jurídico da habilitação profissional para a docência / regime jurídico da formação contínua de professores respetivo sistema de coordenação, administração e apoio.

À saída deste encontro, Manuel Teodósio, Vice SG da FNE, lembrou que "a FNE apenas ao fim da tarde de ontem recebeu um texto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) não com uma proposta, mas sim com os princípios que iriam ser discutidos hoje na reunião. Convém então dizer que a negociação deste documento só vai acontecer dia 3 de outubro e que até lá a FNE irá estudar profundamente o que nos foi apresentado de forma a darmos os nossos contributos e sugestões para um texto que terá certamente de ser melhorado".

Manuel Teodósio referiu depois que "existem aspectos que são importantes de referir. Estamos a falar em termos de formação inicial de professores, mas a parte dos mestrados. A formação inicial de professores são 3 anos de licenciatura e 2 anos de mestrado e o que nos foi apresentado aqui tem a ver com o mestrado educacional que é uma medida que demora 2 anos e que será para entrar em vigor a 1 de setembro de 2025 o que significa que os efeitos práticos da medida apenas se vão sentir em setembro de 2027. É uma medida a médio prazo, para colmatar a falta de professores mas que só se vão ver resultados daqui a 3 anos". Para a FNE "por um lado há o garantir de que não há diminuição da exigência das competências para a docência e com esta proposta, em termos do estágio profissional dos professores há a garantia que o professor tem efetivamente de leccionar, sendo que nesta parte do mestrado, neste momento, há alguns professores a serem formados e que apenas estão a assistir a um certo número de aulas, sendo que nesta proposta a exigência aumenta obrigando o professor a leccionar setenta por cento da atividade letiva do professor que o acolhe nas suas turmas", algo que a FNE considera positivo.

Com esta medida verifica-se uma possibilidade de duplicar ou triplicar a formação inicial de professores o que para a FNE "é uma boa medida, mas que ficará aquém porque sabemos que todos os anos abandonam a carreira cerca de cinco mil professores e neste momento estamos a formar cerca de mil e duzentos o que faz com que mesmo que se triplique a formação de professores ainda não vai fazer face ao que falta principalmente ao nível do que está acumulado em termos de número de professores em necessidade".

Por outro lado, segundo Manuel Teodósio "há uma resposta positiva - apesar de não ter sido quantificada e isso para nós faz toda a diferença - e que tem a ver a dificuldades que as universidades e os politécnicos têm para ter professores disponíveis a serem cooperantes, ou seja a disponibilizarem-se para colaborar no processo de formação de novos professores. Isto porque não há nada em termos de compensação financeira e portanto há aqui a garantia de que os professores que vierem a participar nessa formação terão acesso a uma bolsa monetária ou à redução de horário. De qualquer forma não nos foi quantificado nem o valor da compensação monetária, nem o número de horas que podem ser reduzidas".

A fechar ficou também a nota de outra garantia deixada pela tutela de que "apesar de também não estar quantificado, mas a FNE irá apresentar propostas para este ponto também em concreto em termos da compensação para o professor cooperante e de uma bolsa para o aluno estagiário. Há aqui um recuo em relação ao que tinha sido deliberado há um ano que nunca chegou a ser executado porque saiu o Decreto-Lei a 19 de março, mas no dia seguinte foi suspenso, não tendo sido aplicado e em

que havia atribuição de um vencimento ao professor assim como contaria para carreira, concurso e tempo de serviço. Com esta modalidade da bolsa, apesar de não sabermos o valor, o tempo prestado não irá ser contemplado nem para carreira, nem para concursos, nem para a aposentação", afirmou.

A próxima reunião negocial relativa a esta matéria ficou marcada para o próximo dia 3 de outubro de 2024.





FNE na abertura do ano escolar em Viseu

A FNE, através das presenças do Secretário-Geral, Pedro Barreiros e do Vice Secretário-Geral, Manuel Teodósio, participou, a convite do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, nas cerimónias de abertura do novo ano letivo, que decorreram em 12 de setembro de 2024, na Escola Secundária Alves Martins, em Viseu, .

Na cerimónia de abertura, estiveram presentes o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, o Ministro da Educação, Fernando Alexandre e os Secretários de Estado Alexandre Homem Cristo, Pedro Dantas Cunha e Ana Paiva. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, também era um nome confirmado, mas por motivos de doença acabou por cancelar a sua ida ao evento.

A falta de professores, a descentralização de competências e a igualdade na educação foram alguns dos temas destacados nos discursos durante a sessão solene.

175 anos
da Escola
Secundária
Alves Martins

12
de setembro

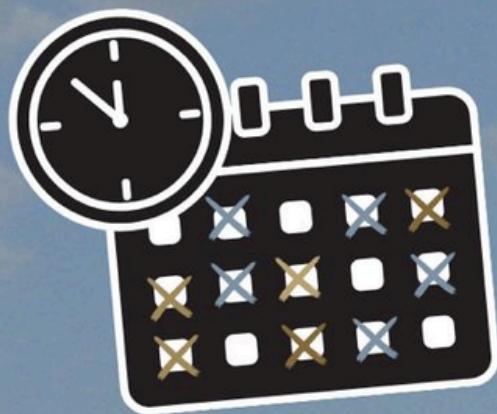
**SESSÃO
SOLENE
ABERTURA
ANO LETIVO
24/25**



**Abertura do Ano Letivo 2024/2025
Sessão Solene**

*Escola Secundária Alves Martins, Viseu
12 de setembro de 2024, 12h00*

- Descerramento da placa comemorativa dos 175 anos da ESAM
Local: Átrio de entrada da ESAM
- Entrega do Livro de Honra da ESAM
Local: Átrio de entrada da ESAM
- Sessão Solene:
Local: Pátio lateral da ESAM
 - Vídeo sobre os 175 anos da Escola Secundária Alves Martins
 - Momento musical a cargo do Conservatório de Música de Viseu
 - Mensagem do Diretor da Escola
 - Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Viseu
 - Mensagem do representante dos professores
 - Mensagem do representante dos alunos
 - Homenagem ao pessoal não docente
 - Mensagem da Presidente da ANMP
 - Vídeo do Ministério da Educação, Ciência e Inovação em números
 - Mensagem de Sua Excelência o Ministro da Educação, Ciência e Inovação
 - Intervenção de Sua Excelência o Primeiro-Ministro
 - Intervenção de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República
 - Intervenção de Sua Excelência o Presidente da República



NÃO RIMA

AGOSTO

COM FÉRIAS

O trabalho docente exige muita dedicação e energia. O mês de agosto é o momento ideal para os professores desconectarem e recarregarem as baterias.

Um descanso merecido, livre de preocupações com concursos, aplicações e outros processos burocráticos, é fundamental para que possam voltar às suas atividades com mais vitalidade e disposição.



FNE apelou por um mês de agosto liberto de burocracias

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) recebeu a 21 de agosto um ofício da FNE a apelar a uma melhor calendarização dos processos que permita dar maior estabilidade aos docentes e às escolas, evitando os habituais prejuízos da definição levada a cabo apenas em finais de agosto.

Assim, a Federação alertou a tutela para a necessidade de revisão do calendário que estabelece todos os processos concursais e outros, defendendo as colocações de professores e educadores até ao final do mês de maio ou início do mês de junho. É essencial a alteração das datas de organização de cada ano letivo, de modo a que todos os educadores e professores tenham conhecimento atempado da sua colocação, para poderem organizar a sua vida pessoal e familiar sem angústias e precipitações.

Por outro lado, as escolas também devem saber, o mais cedo possível, com que professores podem contar, para conseguirem fazer atempadamente a distribuição de serviço e a organização dos horários.

Para garantir uma educação de qualidade, a FNE considera então fundamental que os educadores tenham um período de férias de verdadeiro descanso, devendo ser garantido que o mês de agosto esteja livre de preocupações profissionais ao nível de

acessos a plataformas de concursos, mobilidades, reclamações, validação de informações, permutas e demais processos administrativos de modo a permitir aos professores cuidar da sua saúde física e mental, para poderem regressar às salas de aula mais motivados e preparados para enfrentar os desafios do novo ano letivo.

Libertar os docentes de burocracias em agosto, oferecendo "+tranquilidade, +bem-estar, +descanso e +valorização" é um reconhecimento ao trabalho essencial que os educadores desempenham na sociedade.

Num momento em que urgem medidas de valorização no setor, a FNE assumiu que o conhecimento atempado das colocações e a garantia do gozo do período de férias, seria um grande passo para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos educadores e professores portugueses.



5 Outubro 2024

Dia Mundial do Professor



VALORIZAR A VOZ DOCENTE

Huticon, The Studio, Tally 1.8/Shutterstock.com



ED-2024/MS/22

Conferência de Imprensa FNE "Falta de professores é emergência nacional"

Foi sob o mote "diálogo construtivo com ação assertiva" que a FNE promoveu a Conferência de Imprensa de lançamento do novo ano letivo 2024-2025 que agora começa.

Pedro Barreiros, SG da FNE, começou por assumir que "espera-se um início do ano letivo com muitos problemas, insuficiências e fragilidades, há muito identificados pela FNE e decorrentes de, ao longo dos últimos anos, ter havido falta de vontade, investimento, planificação e definição de estratégias para se tomarem medidas capazes de, a tempo e horas, permitir a negociação de políticas concretas com soluções para os problemas identificados. Disso é exemplo o estado a que chegamos e que consideramos ser uma emergência nacional: a falta de professores".

O dirigente máximo da FNE, em resposta a uma questão colocada sobre se considerava a greve como resposta ao problema da falta de professores, recusou a ideia de partir para mais greves, já que não seria uma greve de um ou mais dias que iria tornar possível resposta a este problema e ressaltando que "está comprovado que a melhor forma de resolver os problemas é através do diálogo construtivo entre os diversos responsáveis, através de uma ação concertada, coerente, estruturada e inovadora, que defina claramente e de forma transparente os objetivos que se pretendem alcançar e envolva todos os interessados", lembrando que "disso foi exemplo a forma como a FNE e o MECI foram capazes de encontrar uma solução para resolver o problema que se arrastou por quase duas décadas, da recuperação do tempo de serviço congelado. O dia 21 de maio de 2024 ficará certamente marcado na história do sindicalismo docente e na vida dos professores e educadores, pela paz, esperança, valorização e reconhecimento que trouxe a cada um que passou a poder olhar novamente para a possibilidade de desenvolvimento da sua carreira".



Ofício ao MECI e abaixo-assinado sobre ultrapassagens

Nesta Conferência foi anunciado em primeira mão à imprensa o envio de um ofício ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação para que se inicie um processo negocial para corrigir as situações de ultrapassagens na carreira docente, que a FNE considera incompreensíveis e geradoras de injustiça: "Hoje mesmo iremos, com base naquilo que são medidas de valorização na carreira e a resolução de problemas do passado, enviar um ofício ao ministro da Educação que assume a urgência de se corrigirem as ultrapassagens na carreira docente", com Pedro Barreiros a avançar ainda que o documento será acompanhado de um abaixo-assinado que vai circular pelas escolas.

No ofício distribuído aos jornalistas a FNE destaca que os docentes que ingressaram na carreira antes de 2011, acabam, em boa verdade, por ser ultrapassados pelos docentes que ingressaram após esse ano, que acabam por ser posicionados em escalões superiores.

Tanto uns como outros sofreram injustiças", destaca a FNE, dizendo compreender que seja "difícil estabelecer um equilíbrio de justiça", mas que, apesar das questões jurídicas, as situações de ultrapassagem são "incompreensíveis e geradoras de sentimentos de injustiça".

"A FNE entende que a correção destas situações exige uma solução legislativa justa", defende no ofício.





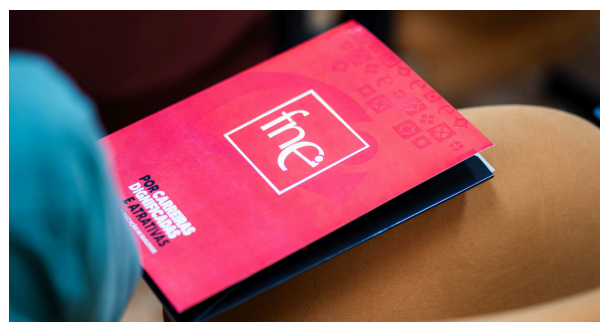
Apoios a professores deslocados considerados "insuficientes"

Questionado sobre a questão dos apoios a professores deslocados, Pedro Barreiros salientou que "devemos deixar de ter apoios e passar a ter salários que permitam fazer face ao custo de vida e é por isso que, no que diz respeito ao apoio às deslocações, não pondo em causa a utilidade destes apoios, aquilo que defendemos e apresentamos ao Governo é que sejam adotados mecanismos fiscais em que cada docente possa reduzir as despesas ao nível da habitação, deslocações e recursos materiais que ainda hoje pagam do seu bolso", referiu.

A FNE considera "manifestamente pouco" a atribuição de 150 euros a professores que tenham que realizar 71 quilómetros para chegar à escola, e "risível" no caso dos professores que realizam 200 quilómetros, defendendo então que o Ministério deve encetar processos negociais para criar "apoios generalizados à deslocação e fixação de docentes".

Conteúdos funcionais como prioridade para o PAE

Sobre o Pessoal de Apoio Educativo/Não Docente, foi referido nesta Conferência a necessidade de abertura de processos negociais que conduzam à definição dos conteúdos funcionais específicos do Pessoal de Apoio Educativo, ao estabelecimento de um referencial de formação inicial e continua para os Técnicos Superiores; Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, assim como a adoção de medidas que dotem as escolas de todos os profissionais que necessitam e eliminem a precariedade, assegurando a vinculação e a consolidação das mobilidades de todos os trabalhadores de apoio educativo.



Várias iniciativas FNE para o primeiro período escolar

Para a FNE, o bem-estar profissional é o primeiro e mais importante aspeto com influência na qualidade do trabalho desenvolvido e conseqüentemente no impacto que tem na melhoria das escolas e dos alunos e "foi perdido muito tempo, foram perdidos muitos recursos humanos e nunca foram feitas as contas ao impacto que o desinvestimento no nosso sistema de ensino teve para o desenvolvimento do nosso país. É neste sentido e dando continuidade ao trabalho que sabemos ter pela frente que afirmamos querer continuar a trabalhar para obter ganhos importantes para os trabalhadores da educação (professores, educadores, formadores, técnicos especializados e demais PAE). Porque estes terão um impacto tremendo no nosso futuro coletivo", afirmou Pedro Barreiros.

Assim, "aproveitamos esta conferência de imprensa para divulgar, desde já, algumas das atividades e ações sindicais que vamos realizar ao longo do 1.º período, do ano letivo 2024-2025 e que abrangem múltiplas áreas de intervenção, desde os processos negociais em curso e aqueles que sabemos estarem previstos (21 de outubro - ECD), bem como outros que queremos tratar, nomeadamente: Modelo de Gestão e Administração das escolas; Indisciplina e violência; Tempo de trabalho e burocracia; Educação Ambiental; Educação Inclusiva; Medidas de valorização da carreira docente; Mobilidade por Doença; Formação contínua e conteúdos funcionais do PAE, entre outras".

Até dezembro, a agenda da FNE será marcada por várias iniciativas, entre as quais, o secretariado nacional no Algarve, o lançamento da Consulta nacional – sobre as condições de abertura do ano letivo, a celebração do Dia Mundial do Professor, a Convenção Nacional, o Fórum FNE ou o Dia Nacional do Trabalhador Não Docente/PAE.



**DIÁLOGO
CONSTRUTIVO
COM AÇÃO
ASSERTIVA**

fne

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA
11 SETEMBRO 2024
Federação Nacional da Educação – FNE



ULTRAPASSAGENS

na Carreira Docente

Continua a persistir esta situação de **grande injustiça**, que há muito a FNE vem denunciando, e que importa resolver.



FNE lança abaixo-assinado sobre correção das ultrapassagens na carreira docente

A FNE fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício em que assume a urgência de se corrigirem as ultrapassagens na carreira docente:

"No dia 21 de maio de 2024 com a celebração do Acordo entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, foi finalmente possível a recuperação total do tempo de serviço congelado, 6 anos, 6 meses e 23 dias.

Este acordo, teve tradução na publicação do Decreto-Lei n.º 48-B/2024, de 25 de julho, permitindo corrigir uma situação de grande injustiça, constituindo também um fator de dignificação e valorização da carreira docente.

No entanto, fruto das sucessivas alterações e do intrincado conjunto normativo continua a carreira docente a ser pautada por assimetrias geradoras de injustiças, que há muito a FNE vem denunciando, e que é importante resolver".

A FNE destaca no Ofício enviado à tutela, que os docentes que ingressaram na carreira antes de 2011, em boa verdade acabam por ser ultrapassados pelos docentes que ingressaram após 2011, os quais, com igual ou menos tempo de serviço, são posicionados em escalões superiores, o que, no entendimento da FNE, coloca em causa o princípio da igualdade, na perspetiva de "salário igual para traba-

lho igual", decorrente do art.º 59.º, n.º 1, alínea a), da Constituição da República Portuguesa.

As situações de ultrapassagem são, no entender da FNE, incompreensíveis e geradoras de sentimentos de injustiça, motivo pelo qual a FNE considera importante que se encete um processo negocial que, à semelhança do processo que permitiu um acordo para a recuperação integral do tempo de serviço, permita também uma solução justa para estes problemas.

A FNE entende que a correção destas situações exige uma solução legislativa justa, que consagre o direito à consideração de todo o tempo de serviço prestado em funções docentes e classificado com a menção qualitativa mínima de Bom, dos docentes que ingressaram na carreira antes de 2011, posicionando-os assim no mesmo ponto da carreira em que estão a ser posicionados os docentes que ingressaram na carreira após 2011, sem prejuízo no que quanto aos docentes reposicionados foi referido.


A FNE pretende alertar o MECI para a necessidade de uma resolução urgente desta injustiça, pelo que avançou com um abaixo-assinado para correção das ultrapassagens na carreira docente e que pode ser preenchido em formato papel ou online em www.fne.pt


INQUÉRITO



sobre algumas das dimensões da abertura do ano letivo de 2024/2025

*Direções dos agrupamentos e
das escolas não agrupadas*

 23 a 28 de setembro de 2024

 www.fne.pt



Inquérito FNE junto de diretores escolares analisa início de ano letivo

A FNE e a AFJET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho lançaram um inquérito, entre 23 e 28 de setembro de 2024, dirigido às direções dos agrupamentos e das escolas não agrupadas, sobre algumas das dimensões da abertura do ano letivo de 2024/2025, nomeadamente em relação a algumas das medidas que constam do Plano +Aulas +Sucesso, do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

O questionário pretende obter as opiniões das direções das escolas sobre o impacto de algumas das medidas que o MECI anunciou, mas também procurou saber quais são as contrariedades maiores que as escolas estão a enfrentar, nomeadamente em relação à integração dos alunos imigrantes e à insuficiência de Professores e Pessoal de Apoio Educativo (PAE - Não Docentes).

Depois da consulta de julho relativa ao balanço do ano letivo 2023/2024, que revelou como principais preocupações dos docentes o excesso de trabalho, uma excessiva carga burocrática e o aumento da

indisciplina, a FNE procurou agora avaliar o estado da educação nacional, numa altura em que faltam resolver diversas matérias pela tutela, quer relativas a docentes, quer ao PAE.

Em vésperas da apresentação do Orçamento do Estado 2025, a FNE relembra que é obrigatório mais investimento na educação, que permita a valorização dos seus profissionais, melhores condições para o ensino-aprendizagem, recursos adequados para as escolas, um bem-estar físico e emocional permanente e a paz social no setor.

Este será mais um ano letivo em que se exige empenho, dedicação e profissionalismo aos docentes portugueses, tanto em território nacional como no Ensino Português no Estrangeiro (EPE). Os educadores e professores portugueses e o PAE estão prontos para garantir um desempenho de elevada qualidade, mesmo em ocasiões desafiantes e de confronto com enormes problemas estruturais no sistema educativo e no desenvolvimento das respetivas carreiras.



Ministro da Educação recebeu membros do Observatório da Convivência Escolar

Representantes da FNE - Federação Nacional da Educação (Pedro Barreiros), da AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (João Dias da Silva), da Confederação Nacional das Associações de Pais (Mariana Carvalho), da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Filinto Lima), da Ordem dos Psicólogos Portugueses (Marisa Carvalho) e do IAC - Instituto de Apoio à Criança (Melanie Tavares), reuniram com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação (MECI), Fernando Alexandre, para apresentação da iniciativa conjunta destas organizações, designada como "OBSERVATÓRIO DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR".

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação recebeu as organizações que promovem o Observatório da Convivência Escolar, tendo concordado com os objetivos pretendidos por esta iniciativa e assegurando a participação futura do seu ministério nas atividades que vierem a ser desenvolvidas.

O Observatório da Convivência Escolar é promovido pela FNE, AFIET, CONFAP, ANDAEP, pelo IAC e pela OP.

Esta reunião serviu para apresentar as preocupações que fazem com que estas entidades considerem útil a convergência dos seus esforços no sentido de se promover uma melhor convivência escolar nas nossas escolas.

Os membros deste Observatório assinalam que há uma diversidade de circunstâncias que estão associadas a este tema, desde os pequenos incidentes em sala de aula ou nos recreios, até às agressões físicas e verbais, passando pelo bullying e pelo cyberbullying. Mas referem, com insistência, que muito do tempo de aula é perdido, em muitas ocasiões, para manter as condições de trabalho e de aprendizagem, e que a indisciplina é um dos fatores mais importantes para o stress de docentes e de trabalhadores de apoio educativo.

Estão nos objetivos deste Observatório contribuir para divulgar iniciativas que se realizem nas escolas, propor alterações de legislação, nomeadamente ao nível do Estatuto do Aluno, promover iniciativas de debate e reflexão sobre as temáticas que este problema envolve, mas também recolher informação sobre incidentes que ocorram nas nossas escolas e que, através do portal do Observatório, sejam apresentados.

O Observatório da Convivência Escolar vai assinalar o Dia Mundial do Combate ao Bullying, promovendo uma mesa-redonda sobre o tema, integrada na XI Convenção da FNE-CONFAP-ANDAEP que se realiza no dia 26 de outubro próximo, no Centro de Congressos de Aveiro.



EDUCAÇÃO PARA O Ambiente 2024



LIMPEZA DE PRAIA

PRAIA DOS PESCADORES, ARMAÇÃO DE PÊRA (SILVES/ALGARVE)
21 DE SETEMBRO - 9H30

PELA EDUCAÇÃO!
PELO AMBIENTE!





FNE e AFJET participaram na recolha de 95kg de lixo em ação de limpeza de praia em Armação de Pêra

Foi uma manhã algarvia nublada na Praia dos Pescadores, em Armação de Pêra (Silves/Algarve) que aconteceu a terceira edição da iniciativa "Educação para o Ambiente" promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFJET) neste sábado, 21 de setembro e que incluiu a limpeza desta praia por dirigentes e associados da federação.

95 quilos de lixo terrestre, mais 35kg de lixo subaquático recolhido em pouco mais de uma hora. Este foi o resultado alcançado nesta ação em prol da defesa do ambiente e da sustentabilidade do planeta, na qual a FNE e AFJET participam desde 2022, que se inseriu no âmbito do Dia Internacional da Limpeza Costeira e que foi organizado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, em conjunto com a Fundação Oceano Azul e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, com o apoio da Câmara Municipal de Silves, integrada na campanha da União Europeia #EUBeachCleanup.

Marcaram presença neste evento vários membros da Fundação Oceano Azul, a Representante da Comissão Europeia, Sofia Moreira de Sousa e Rosa Palma, Presidente da Câmara de Silves.

Esta limpeza de praia teve lugar na zona abrangida pelo Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, a primeira Área Marinha Protegida criada em Portugal no Século XXI.

A FNE e a AFJET pretenderam com esta iniciativa demonstrar que o papel do sindicalismo não se limita a negociar e debater alterações laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais (docentes e PAE/não docentes) na defesa do ambiente e na sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE e um dos dinamizadores desta ação destacou "que estamos aqui pelo ambiente. Esta é uma ação para despertar consciência a toda a população". Já o Presidente da AFJET, João Dias da Silva ressaltou a importância desta iniciativa "que contribui para o crescimento de uma educação ambiental que seja assumida por toda a sociedade e estando aqui trabalhadores da educação é um papel que dentro das escolas se torna absolutamente imprescindível".

A campanha #EUBeachCleanup, promovida pela União Europeia, pretende mobilizar os cidadãos para uma maior consciência ambiental e para a alteração de comportamentos, com especial alerta para a emergência climática e para a necessidade de uma maior proteção dos oceanos.



Em 2024, a sétima edição da campanha #EUBeachCleanup, concentra-se na participação da juventude, encorajando jovens de todas as idades e de todo o mundo a organizar e/ou participar em atividades de limpeza nas praias e zonas fluviais.

Este acontecimento reúne, além da FNE e da AFIET, centenas de organizações de todo o país com o objetivo de unir cidadãos, ONG, organizações e entidades para contribuir para a sensibilização sobre a questão do lixo marinho.

Após 5 edições, a iniciativa do Dia Internacional de Limpeza Costeira já envolveu + 400 organizações | + 880 ações | + 800 km limpos | + 28 600 voluntários | + 160 toneladas de lixo recolhido



Leia o QR Code para
consultar a galeria
completa no
flickr





Desafios e Oportunidades na Educação em Portugal

A educação em Portugal enfrenta, atualmente, desafios significativos, que exigem uma reflexão profunda e uma resposta integrada por parte de todos os atores envolvidos, desde os responsáveis pela formulação de políticas até aos gestores escolares, professores, e a comunidade educativa em geral. A política educativa recente tem sido marcada por tensões e transformações profundas, em grande parte devido à pandemia, à escassez de professores e às mudanças na carreira docente. Estas questões têm impacto direto na qualidade de ensino e nas condições de vida dos profissionais do setor, particularmente dos professores, cuja carreira se encontra, desde há anos, num impasse que fragiliza tanto a sua progressão como o bem-estar profissional e pessoal.

A reforma da carreira docente, tal como foi implementada, tem sido alvo de fortes críticas, principalmente por perpetuar desigualdades e uma falta de reconhecimento do papel dos professores. Muitos especialistas têm chamado a atenção para a degradação das condições de trabalho dos docentes, a falta de reconhecimento e o impacto da estagnação na progressão das carreiras, resultando num desânimo generalizado entre os profissionais. Isto tem reflexos claros nas condições de vida dos professores, que, em muitos casos, enfrentam uma situação de precariedade que não se coaduna com a importância do seu papel na sociedade. As reformas em curso nos últimos anos pouco têm contribuído para uma valorização efetiva da carreira docente, algo essencial para atrair novos talentos e evitar a fuga de profissionais para outras áreas.



Além disso, a falta de professores é um problema crescente. Esta questão foi identificada como crítica pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que, em recentes recomendações, alertou para a necessidade urgente de implementar estratégias de recrutamento e retenção de docentes, além da valorização do seu estatuto. A falta de profissionais afeta a qualidade do ensino e sobrecarrega os que permanecem no sistema, contribuindo para o burnout e desmotivação.

No que diz respeito aos restantes profissionais da escola, assistentes operacionais, técnicos e técnicos especializados, as condições são igualmente desafiantes. A valorização destas carreiras tem sido uma exigência constante dos sindicatos, que denunciam a falta de reconhecimento e as más condições salariais. A sobrecarga de trabalho, associada à falta de recursos humanos, é uma realidade que afeta o funcionamento das escolas e coloca em risco a qualidade dos serviços oferecidos.

Para além disso, a pandemia veio acelerar a digitalização da educação, e as escolas precisam de um investimento sólido na modernização das infraestruturas e formação contínua dos professores. Portugal ainda está a recuperar do impacto da COVID-19 nas aprendizagens, com muitos alunos a apresentarem lacunas que exigem uma intervenção rápida e eficaz, como destacado no Relatório sobre Desigualdades (2023).

Em termos de gestão escolar, os diretores enfrentam uma pressão crescente, não só pela burocracia associada à gestão diária das escolas, mas também pelas exigências da política central.

No plano sindical, é importante frisar que estas organizações têm sido fundamentais para pressionar o governo a rever as políticas de valorização das carreiras. No entanto, é essencial que estas negociações avancem de forma construtiva e que as decisões tomadas tenham um impacto real no terreno, como a recente Recuperação do Tempo de Serviço.

A política educativa em Portugal está num ponto de inflexão. As soluções para os problemas atuais, como a falta de professores, a estagnação das carreiras e a desvalorização dos profissionais, exigem uma mudança de paradigma que passe por uma maior autonomia das escolas, um reforço do investimento na educação, e uma valorização efetiva de todos os profissionais. Esta abordagem integradora permitirá não só melhorar a qualidade do ensino, mas também criar condições mais justas e dignas para todos aqueles que trabalham nas escolas. Como diria Paulo Freire, “não há educação sem amor”, e é com este espírito que devemos avançar, promovendo uma Escola Pública de qualidade, inclusiva e inovadora.

Paulo Antunes
Diretor do Agrupamento de Escolas de Maximinos



A escola pública e o novo mundo

Como prepara a escola pública os seus alunos para um mundo novo, onde a insegurança, a incerteza, a necessidade de resolução de problemas eficazmente..... é uma realidade?

Que adequações no currículo estão pensadas para dotar os alunos de competências, tornando-os adultos capazes de enfrentar os desafios, desenvolver processos resilientes, solucionar contrariedades, ultrapassar obstáculos?

Continuamos a discutir a obesidade curricular, a reter os alunos no edifício escolar horas sem fim, reduzindo dia a dia o convívio familiar, a construção de relações de proximidade, da afetividade, as vivências conjuntas, essas que são a melhor forma de construir o carácter, a personalidade, essas que futuramente consolidarão uma saúde mental harmoniosa, formando cidadãos preparados para este mundo de incerteza.

Sabemos que a diminuição de carga escolar tem outras implicações, nomeadamente na vida profissional das famílias. Grandes mudanças teriam de ser contratualizadas.

A perspetiva daqueles que, em nome de todos nós, decidem estes processos seria outra completamente diferente, colocando um novo olhar na formação, na construção de novas abordagens, nas competências que devemos, de facto, desenvolver.

As escolas, ao abrigo do grande chapéu que lhes concede autonomia e flexibilidade curricular podem, de facto, mudar este rumo? Sobrelotadas, multifacetadas, com um público de uma diversidade imensa, uma multiculturalidade crescente, conseguem flexibilizar o currículo, chegar a todos? E conseguirão ainda cumprir a sua real missão, a grande missão de incluir? Conseguirão brilhar no ranking, dar respostas aos encarregados de educação que exigem a atenção diária de todos os professores, de todos os assistentes operacionais?

Assentes no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), as escolas podem ainda desenvolver percursos que ajudem a mudar o rumo deste lugar preparado para cidadãos que conseguiam prever o seu futuro, que esperavam um trabalho para toda a vida. Este futuro que não existe mais.

Defrontamo-nos com a revolução que se aproxima da educação - Inteligência Artificial (IA). Não conseguiremos resistir. A evolução das metodologias de ensino é essencial para atender às exigências de uma sociedade em constante mudança e garantir que os alunos aprendam de forma eficaz e significativa. A busca contínua de melhores práticas é fundamental para o sucesso educativo. À medida que a tecnologia avança, a escola do futuro será moldada pela colaboração entre humanos e máquinas inteligentes.

Somos, talvez, dos países onde os alunos passam mais tempo na escola. Assim, as famílias podem trabalhar cada vez mais, embora ganhem cada vez menos.

Esse tempo na escola é ocupado com grande mestria pelos professores, pelos assistentes operacionais. Desenvolvem-se as competências inscritas no PASEO, promovem-se e envolvem-se em projetos, clubes, atividades desportivas, artísticas, científicas...

A educação é a ferramenta do progresso, mas deve ser equilibrada com outras dimensões da vida. A busca por um sistema educacional que beneficie a todos é um desafio constante, mas essencial para o futuro.

A escola (esta escola) sofrerá, sem dúvida, grandes alterações a curto prazo. Deixará de ser escola, de se chamar escola? Muito provavelmente!

Graça Moura
Diretora do AE André Soares, Braga





Ser professor, nos dias de hoje, não é uma profissão é mais que uma missão!

Para a grande maioria dos docentes, ser professor hoje é andar com a casa e a família às costas; é pagar a prestação da casa própria e pagar uma renda para dar aulas; é estar ao lado dos seus alunos, tentando resolver os seus problemas, apoiando-os no dia a dia e esquecer que tem filhos que também precisam dele; é ter um carro, ao serviço do estado, para se deslocar para a escola, fazendo 200 Km por dia e não ter apoios nenhuns; é receber e ter que responder a mails que são enviados fora de horas; é estar uma semana longe da família e quando chega o fim de semana levar uma carrada de testes e outros documentos para analisar, corrigir; é chegar ao fim do mês e ver que não ganhou para as despesas mensais; é chegar ao final do mês de julho e pensar que vai ter umas férias merecidas e tal não acontecer. Sim, este é o professor português do século XXI.

Depois do acordo histórico entre a FNE e o MECI, sobre a recuperação integral do tempo de serviço congelado, era esperado um início de ano escolar calmo, de alguma tranquilidade e paz nas nossas escolas. Mas tal não está a acontecer.

Quando se esperava que os professores regressassem às suas escolas, “depois de umas férias merecidas”, cheios de energia, de força, de alegria e com vontade de iniciar um novo ano escolar, isso não aconteceu. Os professores regressaram às escolas cansados, praticamente sem gozarem férias, pois, no mês destinado ao gozo de férias (agosto), não tiveram descanso.

Foi o resultado do concurso interno, que embora tenha criado um movimento enorme na classe docente, não correu corretamente; professores que deviam ficar colocados e não ficaram; professores que foram colocados em vagas inexistentes nas escolas, o que os obrigou a concorrer à mobilidade interna, acabando, alguns, por ficarem colocados mais longe do que a escola onde estavam efetivos anteriormente tudo isto devido a erros informáticos e às mudanças da legislação sobre concursos.

Foi o concurso de Mobilidade Interna (MI), que continua a trazer erros de colocação, pessoas colocadas indevidamente e o não respeito pela graduação profissional.

A somar a tudo isto, sai o resultado da Mobilidade por Doença (MpD), após as colocações da MI, havendo professores que não aceitaram as vagas da MpD, pois já estavam colocados na escola de preferência; mas estas vagas não foram recuperadas, pelos docentes com problemas, que manifestaram interesse nelas e não obtiveram colocação por falta de vaga.

É necessário que a colocação dos docentes aconteça mais cedo. É urgente a criação de um diploma de concursos que tenha a concordância dos professores, dos sindicatos, das escolas e do MECI. Este diploma que seja duradouro, para que os docentes saibam as regras que vão ter pela frente, ao longo dos anos e assim poderem fazer as opções, sem estarem sempre a pensar no que vai acontecer no ano seguinte, porque a lei vai mudar.

Mas o agosto não ficou por aqui. Sai a plataforma do IGEFE, em que os professores tinham que aceder e confirmar ou rejeitar os dados para haver cabimento financeiro. Mais uma trapalhada, pois muitas escolas estavam fechadas ou com os funcionários de férias e não lançaram dados nenhuns na plataforma. Resumindo, quase a totalidade dos professores não conseguiram aceitar ou rejeitar os dados na referida plataforma, pois estes não existiam ou estavam errados. A aplicação ainda hoje não está a funcionar para muitos professores.

Nos profissionais da educação continuam a sentir-se fortes sinais de insatisfação, de mal-estar, de falta de esperança, de desânimo e descrença. A falta de autoridade nas escolas a dispersão do esforço dos professores para a resolução de problemas administrativos ou burocráticos, a falta de uma carreira atrativa e valorizada, faz com que os docentes continuem a sentir que não são reconhecidos nem valorizados.

As políticas educativas têm que confiar nas escolas e nos profissionais da educação, têm que promover a autonomia das escolas e valorizar os seus profissionais. As políticas introduzidas só têm aumentado a carga burocrática nas escolas, desviando os docentes do seu trabalho principal que é o seu trabalho com os alunos.

Não há políticas para o rejuvenescimento da profissão docente, pois não é contratando professores reformados que se vai rejuvenescer a classe docente. É necessário investir nos jovens, criar-lhes incentivos para que possam abraçar a profissão. Têm urgentemente de ser criados apoios financeiros e incentivos no Ensino Superior para que os jovens escolham a profissão docente. Temos que valorizar a carreira docente, em especial, nos primeiros escalões.

Temos que alterar o paradigma de PROFESSOR ser uma MISSÃO e passar a ser uma PROFISSÃO digna.

Ângelo Alves
Dirigente Sindical SPZN
Professor do Grupo 910



+Alegria+Esperança

Dia Mundial do Professor

Que as nossas escolas sejam espaços onde todos se sintam valorizados, respeitados e com todas as condições para poderem exercer, com dignidade, o seu trabalho. Que a **Esperança** seja acompanhada pela **Alegria**, inspirando-nos a superar desafios e a alcançar o justo reconhecimento da profissão docente.





SDPA celebra acordo de revisão da Convenção Coletiva Trabalho (CCT) com a URIPSSA

Concluído o processo negocial de revisão da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) celebrada entre o SDPA e a União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA), foi assinado a 25 de julho de 2024, um acordo entre as duas instituições, que foi objeto recente de publicação em Jornal Oficial (II Série - n.º. 179), no passado dia 17 de setembro de 2024.

Na conciliação entre a melhoria das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores e o equilíbrio e sustentabilidade das IPSS foi possível um acordo nas seguintes matérias:

- Revisão da tabela de remunerações mínimas, bem como as cláusulas de expressão pecuniárias, com produção de efeitos a 01 de janeiro de 2024;
- Atualização do subsídio de refeição para os 5,50 €;
- Revisão do horário de trabalho dos Educadoras de Infância, consagrando um horário de trabalho semanal de 35 horas, definindo, de forma clara, uma componente letiva de 25 horas, uma componente não letiva de 5 horas e uma componente de trabalho individual de 5 horas, sem obrigatoriedade de permanência na escola.

Estratégia seguida pelo SDPA foi decisiva para aprovação da 1.ª alteração ao Estatuto da Carreira Docente

Tal como reivindicado pelo SDPA, e na sequência das reuniões realizadas com os partidos políticos no pretérito mês de junho de 2024, foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia Legislativa Regional, a primeira alteração ao Estatuto da Carreira Docente (ECD), que vem assegurar que os docentes dos quadros e em exercício de funções no sistema educativo regional estejam integrados numa carreira não superior a 34 anos de serviço e com todo o tempo de serviço, inclusivamente, o prestado noutras administrações, contabilizado para efeitos de progressão em carreira.

Com efeito, foi alterado o número 1 do artigo 2.º do ECD de forma a garantir que todos os docentes dos quadros e em exercício de funções na Região Autónoma dos Açores (RAR) sejam incluídos na recuperação do tempo intercarreiras perdido, decorrente das sucessivas alterações da estrutura da carreira docente.

Por outro lado, foi aditado o artigo 3.º-A que consagra a recuperação do tempo prestado no Ministério da Educação ou na Região Autónoma da Madeira, no que se refere ao 1.º e 2.º períodos de congelamento e que, até então, não tinha sido recuperado na RAA, calendarizado da seguinte forma:

- 599 dias em 1 de setembro de 2024;
- 598 dias em 1 de julho de 2025;
- 598 dias em 1 de julho de 2026;
- 598 dias em 1 de julho de 2027;

Esta alteração entrará em vigor em 1 de janeiro de 2025, produzindo efeitos a 31 de março de 2024, no caso do artigo 2.º, e em 1 de setembro de 2024, no que respeita ao artigo 3.º-A.





SDPA celebra acordo de Convenção Coletiva Trabalho (CCT) com a URMA

Concluído o processo negocial de elaboração da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), entre o SDPA e a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) foi celebrado, a 17 de setembro de 2024, na sede do SDPA, um acordo entre as duas instituições, que será objeto de publicação em Jornal Oficial.

Da negociação resultou um acordo que formaliza a primeira CCT celebrada entre o SDPA e a URMA para a área da docência. Na conciliação de posições contribuímos para a valorização dos educadores e professores, com o intuito de melhorar as condições de trabalho e os seus direitos, assegurando, de igual forma, o equilíbrio e sustentabilidade das Misericórdias.

Da globalidade do acordo, destacamos as seguintes matérias:

- Revisão da tabela de remunerações mínimas, bem como as cláusulas de expressão pecuniárias, com produção de efeitos a 01 de janeiro de 2024;
- Atualização do subsídio de refeição para os 5,50 €;
- Revisão do horário de trabalho dos Educadoras de Infância, consagrando um horário de trabalho semanal de 35 horas, definindo, de forma clara, uma componente letiva de 25 horas, uma componente não letiva de 5 horas e uma componente de trabalho individual de 5 horas, sem obrigatoriedade de permanência na escola.

O STAAE SUL E RA DESEJA UM BOM ANO LETIVO 2024/2025!

Aos Trabalhadores da Educação do Sul e Regiões Autônomas,

O ano letivo que em breve se inicia não pode ser um ano letivo qualquer!

Precisamos reafirmar o nosso **papel vital na Educação**, cuidando das crianças e jovens e apoiando os docentes e pais no processo educativo, que vai para além da sala de aula. O nosso objetivo é **prepará-los como cidadãos responsáveis e ativos**, com princípios e valores para construir um mundo melhor.

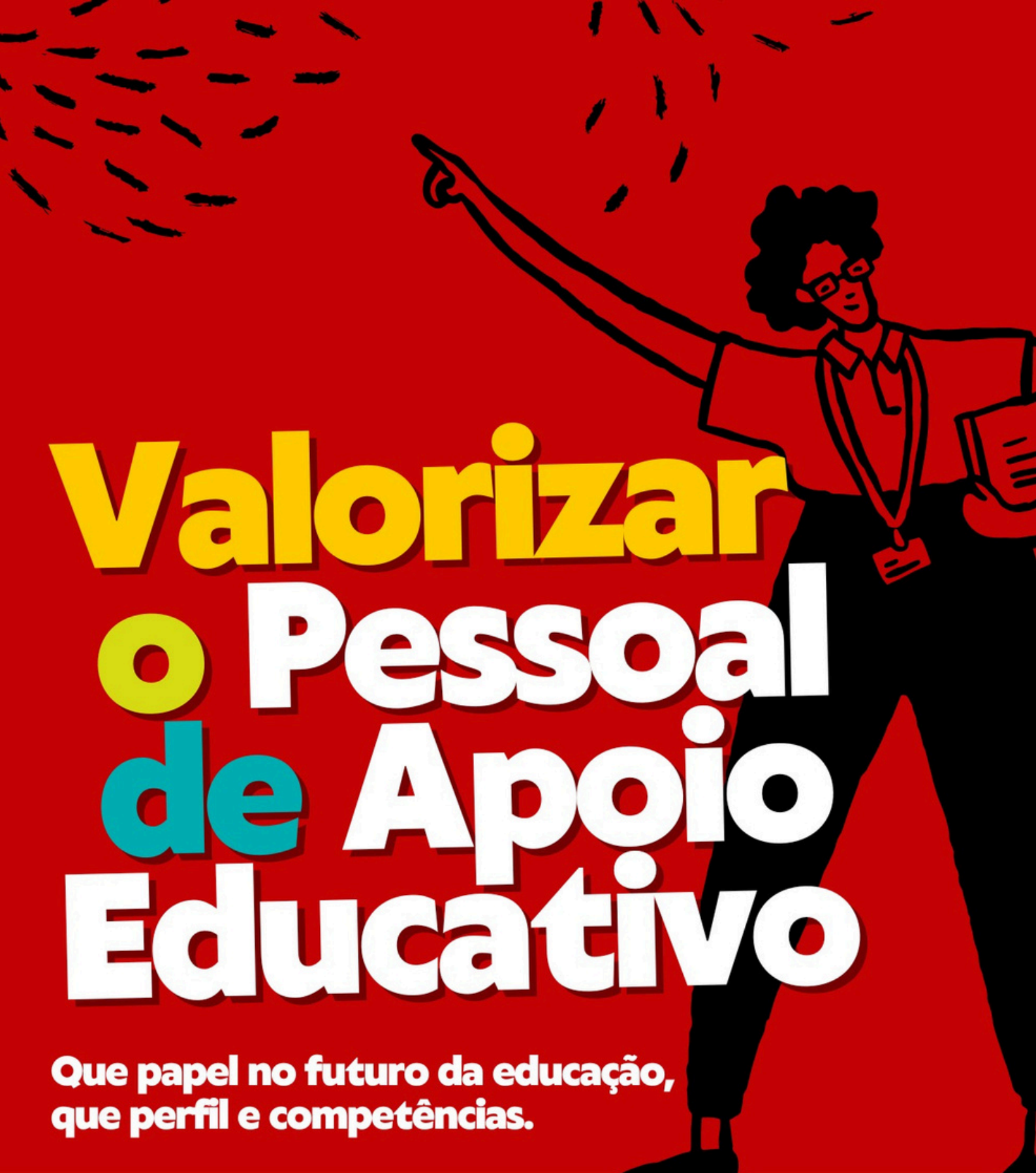
Estamos conscientes da importância do nosso trabalho e **continuaremos a lutar** pelas condições que reivindicamos há muito tempo: **reconhecimento das nossas carreiras, classificação profissional, maior participação na Escola e melhores condições de trabalho**. Manteremos a nossa unidade para **dignificar nossa profissão e a Educação**, aprimorando as nossas qualificações e valorizando sempre o nosso contributo na Escola!

O STAAE SUL e RA deseja a todos um ótimo ano letivo e reafirma o seu compromisso com estas causas.

ESTAMOS JUNTOS!

**STAAE SUL E RA
SINDICALISMO RESPONSÁVEL!**





Valorizar o Pessoal de Apoio Educativo

Que papel no futuro da educação,
que perfil e competências.



ZONA NORTE



ZONA CENTRO



SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

Reivindicações do PAE/ND apresentadas ao Ministro da Educação

FNE e MECI reuniram na tarde de 30 de agosto de 2024 para debater as condições de trabalho do Pessoal de Apoio Educativo (PAE - Não Docente).

Cristina Ferreira, Secretária-Geral Adjunta da FNE, fez o balanço deste encontro que contou com a presença dos presidentes dos três Sindicatos de PAE (ND) da FNE, Cristina Peixoto do STAAE-ZN, João Ramalho do STAAE-ZC e do STAAESRA, Cristina Ferreira e que promoveu alguns avanços em matérias relacionadas com estes trabalhadores.

Neste encontro, que contou com a presença do Ministro da Educação, a FNE apresentou um **documento** com todas as suas reivindicações relativamente a estes trabalhadores.

Segundo a Secretária-Geral Adjunta da FNE "consideramos que houve da parte da tutela uma boa aceitação desse nosso documento", assumindo ainda que "tiramos várias conclusões desta reunião: em primeiro lugar o compromisso de que todos os técnicos especializados que estejam em função à data, desde que seja de concordância dos diretores das escolas e dos agrupamentos, vão continuar em funções. Tivemos também a indicação da tutela de que vai ser aberto um processo negocial para discutir os referenciais de formação para todo o PAE e vai ser programado a definição de uma vez por todas, dos conteúdos funcionais do PAE. É fundamental que haja uma definição concreta e muito 'fina' daquilo que fazemos nas escolas. Também recebemos a indicação de que está a ser seguida com atenção a reinscrição dos trabalhadores que têm direitos, mas que ainda não foram reinscritos na Caixa Geral de Aposentações (CGA)". A fechar, a FNE deixou ainda a sua opinião sobre "a valorização salarial dos assistentes operacionais, dos assistentes técnicos e técnicos superiores. Consideramos esta reunião positiva e aguardamos da parte do Ministério as propostas relativas a estes temas".





Education International
10th World Congress
Buenos Aires 2024



*Growing our Unions,
Elevating our Professions,
Defending Democracy*

Argentina ■ 26/07 - 02/08

X Congresso da IE em Buenos Aires: Sindicatos, Profissão e Democracia

“Fazer crescer os nossos sindicatos, elevar a nossa profissão, defender a democracia” foi o tema do 10º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE), que reuniu 1.200 delegados, observadores e convidados, em representação de 32 milhões de professores e pessoal de apoio educativo de todo o mundo.

O congresso decorreu entre 29 de julho e dois de agosto de 2024, no Centro de Convenciones de Buenos Aires, Argentina, adotou 33 resoluções e reconduziu David Edwards para mais cinco anos como Secretário-Geral (SG) da IE. Num dos eventos pré-congresso, a Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa - CPLP-SE consolidou o seu estatuto, em busca de um verdadeiro espaço para a lusofonia.



Uma delegação de três dirigentes da FNE (José Cordeiro, Joaquim Santos e Josefa Lopes) representou a nossa federação no 10º Congresso Mundial da IE, que debateu os grandes desafios da educação a nível global e dos seus profissionais, quer docentes, quer pessoal de apoio educativo. Tradicionalmente de quatro em quatro anos, o congresso passará a decorrer em mandatos de cinco anos, para libertar fundos adicionais para as atividades do programa e os objetivos estratégicos.

O Congresso Mundial determina as políticas, os princípios de ação, o programa e o orçamento da IE, e elege o Presidente, Vice-Presidentes e Secretário-Geral, bem como outros membros do Conselho Executivo da IE. O norte-americano David Edwards continua como SG da IE enquanto, na sua despedida como Presidente, a australiana Susan Hopgood (AEU), figura carismática do sindicalismo mundial, passa a ser substituída pelo sul-africano Mugwena Maluleke (SADTU).

No dia 27 de julho ocorreram diversos eventos pré-congresso, no Hotel Sheraton, em Buenos Aires. Entre eles, o Grupo dos Povos Indígenas (9h – 12h30), o Fórum da Lusofonia da CPLP-SE (9h – 17h30), a Convenção LGBTI (14h – 17h30), o Encontro Global Rede de Educação e Solidariedade (14h – 18h00) e a Rede de Educação e Solidariedade (18h30 – 19h30). “Quando o direito à terra é violado, o direito à educação, a falar línguas indígenas, a preservar as culturas indígenas, todos são violados”, lembram os defensores dos povos indígenas, que reclamam representação nos sindicatos da educação.



Luciane Guimarães - etnia Terena (CNTE, Brasil)

Na convenção LGBTI analisou-se o impacto do movimento global anti-direitos / anti-gênero no futuro daquela comunidade. Ficou a promessa de que os sindicatos continuarão a lutar contra o movimento de direita, que visa minar as leis nacionais e internacionais que protegem e promovem os direitos LGBTI+.

Outros espaços de intervenção sindical foram dedicados ao Ensino Superior e às Mulheres. Este último abordou os desafios únicos enfrentados pelas mulheres no setor da educação, promovendo a igualdade de gênero e desafiando os seus papéis, de longa data, no domínio da educação e do mundo do trabalho.

Os delegados da FNE participaram, durante todo o dia 27, no Fórum da Lusofonia da CPLP-SE. Aí se debateram os caminhos traçados desde o I Congresso de Amarante, Portugal, em 19 a 21 de outubro de 2023 e se delinearam as atividades de ação sindical mais próximas, entre elas um seminário internacional a realizar em 29 e 30 de outubro deste ano, em Fortaleza, Brasil, quando for da reunião mundial do G20 naquele país.



Delegação da FNE: José Manuel Cordeiro (à esquerda), Josefa Lopes e Joaquim Santos

Helena Araújo (CNTE – Brasil), Secretário-Geral da CPLP-SE, salientou a importância deste fórum sindical da lusofonia, em luta pela construção, visibilidade e fortalecimento de uma confederação forte, unida em torno de uma visão solidária e de uma esperança comum. Presentes na reunião delegados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.



De lamentar a ausência sindical da Guiné-Bissau, devido a problemas legais de documentação. A CPLP-SE ganhou uma nova visibilidade ao nível global da IE, juntando-se às duas outras estruturas sindicais congêneres, dos países francófonos (Comité Sindical Francófono da Educação e Formação - CSFEF) e dos anglófonos (Grupo de Professores da Commonwealth), que reuniram no dia 28 de julho.

Neste mesmo dia reuniu a Aliança Mundial para a Educação, com vista a um melhor financiamento para melhorar os sistemas educativos e os seus profissionais. Este evento visou três objetivos principais: fazer um balanço do estado da aliança, sobre dificuldades, desafios e prioridades; refletir sobre de que maneira os sindicatos podem contribuir para uma melhor utilização do financiamento externo para a educação; e definir ações conjuntas para aumentar o número dos membros da IE no uso de fundos desta aliança global.



Primeiro dia do Congresso: “La patria no se vende”

A cerimónia de abertura começou às 9h30 do dia 29. Participaram o Grupo de Teatro Las Estátuas, a Orquestra Tunquelen, o Ballet Popular da Universidade Nacional de Arte e, ao fim da tarde, o Quinteto La Grela e a Companhia de Dança de Tango Lubiz Spitel Study. Esta companhia é formada por dançarinos de tango profissionais, que viajam por todo o mundo levando a conhecer a cultura argentina e “Porteña” (típica de Buenos Aires), numa das suas maiores expressões artísticas: a Dança e o Tango. No dia dois de agosto atuou, à hora do almoço, a Orkesta Popular San Bomba, que mistura sons, géneros e ritmos, com um toque de rap.

Após a cerimónia de abertura, Susan Hopgood, Presidente da IE, sublinhou, num discurso marcante e comovente, a necessidade urgente de financiar totalmente a educação pública e apoiar a profissão docente na sequência da pandemia da COVID-19. Hopgood enfatizou o papel fundamental dos educadores e dos seus sindicatos para enfrentar os desafios sem precedentes que o sector da educação enfrenta.

Um dos pontos fortes da sua intervenção foram a relevância das 59 Recomendações das Nações Unidas para o futuro da profissão docente. “Construímos uma combinação de conhecimentos e reputação para sermos uma força não só para a educação, mas também para os valores dos direitos humanos, da sustentabilidade e da democracia em todo o mundo”, registou a ainda Presidente da IE, em tempo de despedida das suas funções.



Susan Hopgood na abertura do congresso

Por sua vez, David Edwards subiu ao palco perante mais de 1.200 líderes sindicais da educação para refletir sobre os desafios e as conquistas do movimento sindical global da educação nos últimos cinco anos. Apesar de uma multiplicidade de crises, desde a pandemia da Covid-19 à emergência climática, das guerras ao crescente autoritarismo, os educadores têm conseguido criar oportunidades sem precedentes para fazer avançar o direito à educação, os direitos dos trabalhadores e a democracia em todo o mundo.

“Aqui na Argentina”, afirmou o SG da IE, “acabámos de tomar medidas para expressar solidariedade com os nossos colegas, os nossos anfitriões fantásticos, trabalhadores e acolhedores. Enfrentam uma inflação galopante, cortes salariais, pobreza crescente e, quando se manifestam, são alvo de repressão, mentiras e ameaças pessoais. Mas eles não desistem, defendem os seus alunos, as suas comunidades, a sua nação. La patria no se vende!”



David Edwards, SG da IE

Nações Unidas alinhadas com a IE

A SG das Nações Unidas, Amina J. Mohammed, deixou uma mensagem viva em vídeo: “Este Congresso é uma oportunidade crucial para nos unirmos, definirmos estratégias e, acima de tudo, identificarmos formas de proteger os professores e de fazer renascer a profissão docente, à medida que trabalhamos para proporcionar um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos”, salientou. Os delegados aplaudiram a sua mensagem, reconhecendo que a educação de qualidade tem, de facto, grandes aliados na ONU, como o SG António Guterres.

Para Mohammed, apesar dos conflitos e da pobreza, os professores de todo o mundo mostraram uma efetiva resiliência, educando nas circunstâncias mais difíceis, como a recente pandemia da COVID-19. O seu empenhamento inabalável é uma pedra angular para a definição de estratégias para um futuro sustentável da educação.



Amina J. Mohammed
SG Adjunta das Nações Unidas

A defesa de um ensino público de qualidade foi um dos temas globalizantes do congresso. Por isso, a campanha da IE “Por uma Escola Pública! Financiar a Educação” foi revista e apontada ao futuro. A campanha defende o financiamento da educação pública e da profissão docente, no combate aos cortes orçamentais, à austeridade e à privatização. As 59 recomendações do “Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente” teve igualmente um destaque muito especial.



Outros temas com grande enfoque foram a falta de professores a nível mundial, fortalecer a Educação e os sindicatos, condições de vida e de trabalho dos docentes e pessoal de apoio educativo, a igualdade e equidade, o respeito pela diversidade, defender a democracia dos populismos e dos perigos da extrema-direita, a solidariedade com a Ucrânia e com a Palestina, a justiça social e a paz no globo. A luta por uma educação ambiental e a influência da inteligência artificial na educação foram duas outras prioridades assinaladas.

Investir na qualidade da educação nas diversas regiões da IE foi um tema recorrente. Em várias regiões, os governos adotam uma visão míope e estão indisponíveis para promover as condições de trabalho dos seus profissionais. Um dos exemplos é a Região África da IE, onde é triste verificar que alguns professores trabalham sem remuneração e que as suas necessidades básicas estão longe de ser satisfeitas.

“Os sindicatos são indispensáveis à democracia”, proclamou Christy Hoffman (SG da Uni Global Union), dirigindo-se ao congresso. Os delegados adotaram várias resoluções em solidariedade com os educadores e estudantes afetados pela guerra e pelos conflitos armados e que apelam à proteção das escolas como santuários seguros.

“Os sindicatos são indispensáveis à democracia”, proclamou Christy Hoffman (SG da União Global da UNI), dirigindo-se ao congresso.

Os delegados adotaram resoluções em solidariedade com os educadores e estudantes afetados pela guerra e pelos conflitos armados, que apelam à proteção das escolas como santuários seguros. O congresso também salientou o papel da educação na construção da paz e da justiça mundiais e apelou aos governos para que dessem prioridade à educação em detrimento das despesas militares. Os conflitos armados na Ucrânia e na Palestina foram especialmente evocados.



Christy Hoffman (Uni Global Union)

O efeito da guerra é devastador na educação e nas crianças. Os sindicatos alertaram para o aumento global dos conflitos armados, referindo que alguns estados optam por ignorar as leis internacionais que protegem as escolas, a educação e os civis, especialmente as crianças. A destruição das infraestruturas escolares prejudica a oferta de educação e tem consequências negativas a longo prazo para nações inteiras, alimentando o ciclo de pobreza e desigualdade durante gerações.

A urgência da Educação Ambiental

O dia 30 de julho trouxe o segundo plenário ao congresso, com temas muito significantes, entre eles a luta por melhores salários; condições e segurança no emprego na educação pré-escolar: O que é que os sindicatos podem fazer?; recuperar a autonomia profissional; “Teach4theplanet”: educação de qualidade sobre as alterações climáticas para todos; acabar com a violência e o assédio na educação: promover a ratificação da C190 ou a mobilização em prol dos direitos e da igualdade de género face ao nacionalismo de extrema-direita e ao autoritarismo.

Na tarde deste dia decorreram dois blocos de seis sessões paralelas. A FNE participou em duas dessas sessões, no Hotel Sheraton, a saber “Inteligência Artificial e educação: ameaças e oportunidades para a profissão” e “Defender os direitos do Pessoal de Apoio Educativo: mobilização contra os défices de financiamento e a privatização”. A IE tem desenvolvido, nos últimos anos, a sua ação sindical em defesa dos direitos do PAE, mas fica a sensação que tal desenvolvimento tem que ser muito mais potenciado para o futuro, em prol destes profissionais, imprescindíveis para as escolas e sistemas educativos em todo o mundo.



Outros temas à escolha foram “Estar bem, fazer bem: Promover o bem-estar dos professores”, “Organizar para ter poder (incluindo uma atenção especial aos jovens membros)”, “Defesa dos direitos e da democracia através da solidariedade internacional”, “Transformar o financiamento da educação” ou “Redobrar esforços para garantir uma educação climática de qualidade e uma transição justa para todos”.

Nesta temática ambiental, os sindicalistas trocaram as melhores práticas em matéria de educação climática e de defesa sindical para uma transição justa na educação e trabalharam no sentido de reforçar e expandir a Rede Climática da IE, definindo estratégias para o futuro. Todos concordaram que as alterações climáticas são uma questão verdadeiramente sindical.

As alterações climáticas têm um impacto significativo e crescente nos sistemas educativos de todo o mundo. Só nos últimos anos, assistimos a temperaturas extremas que provocaram o encerramento de milhares de escolas nas Filipinas, no Sudão do Sul e na Índia, as inundações maciças que destruíram dezenas de milhares de escolas no Paquistão e a ondas de calor prolongadas que obrigaram professores e alunos a ensinar e a aprender em condições insuportáveis na Europa e nas Américas.

Como notou a IE, as nações insulares são particularmente vulneráveis, com comunidades inteiras em risco devido à subida do nível do mar e a fenómenos meteorológicos extremos. Estes desenvolvimentos estão a afetar as condições de trabalho de milhões de educadores, tornando as alterações climáticas uma questão essencial para os sindicatos da educação em todo o mundo.

O fortalecimento da capacidade sindical ganhou um protagonismo essencial no congresso, especialmente virado para o recrutamento proativo e para a sindicalização. O envolvimento de jovens educadores e das mulheres foi abordado de um modo particular. O congresso também fez um apelo muito especial para contrariar a maré crescente do nacionalismo e do autoritarismo de extrema-direita.

Jennifer Moses, do NASUWT, da Grã-Bretanha, salientou os progressos significativos registados em matéria de direitos humanos nas últimas décadas, alertando, no entanto, para a atual resistência e violência dos movimentos anti-direitos e anti-género, impulsionados por grupos políticos de extrema-direita. “Estes atores promovem uma visão estreita, hierárquica e patriarcal das relações de género”, sublinhou Moses. “Combatem o que consideram ser ameaças ao bem-estar nacional, decorrentes do feminismo, dos movimentos de justiça social e dos direitos LGBTI+.”



Jennifer Moses – Nasuwt (UK)

Entre as 20 e as 21h30 realizou-se uma reunião da Região Europa da IE / CSEE – Comité Sindical Europeu da Educação, onde se abordaram temas como a demissão da ex-Diretora Susan Flocken, o processo para a nomeação de um novo(a) diretor(a) e o próximo congresso de 26 e 27 de novembro, a ocorrer em Budva, Montenegro.



Envolver professores na tomada de posição

O terceiro plenário aconteceu em 31 de julho. A falta de professores voltou à discussão, com o acento tónico a recair nos salários, na baixa valorização da profissão, na deterioração das condições de trabalho, na sobrecarga de trabalho e numa burocracia sufocante. Este cenário empurra os professores para fora de uma profissão que amam e de que o mundo tanto precisa. O congresso enviou assim ao mundo uma mensagem unificada, exigindo uma ação urgente dos governos para enfrentar a crise da falta de professores.

“É imperativo aumentar o financiamento público para a educação pública e investir nos professores, garantindo os seus direitos laborais e assegurando-lhes condições de trabalho de qualidade”, assegurou o SG da IE. “É também urgente respeitar a profissão, valorizar os conhecimentos pedagógicos dos professores e envolvê-los nos processos de tomada de decisão”.

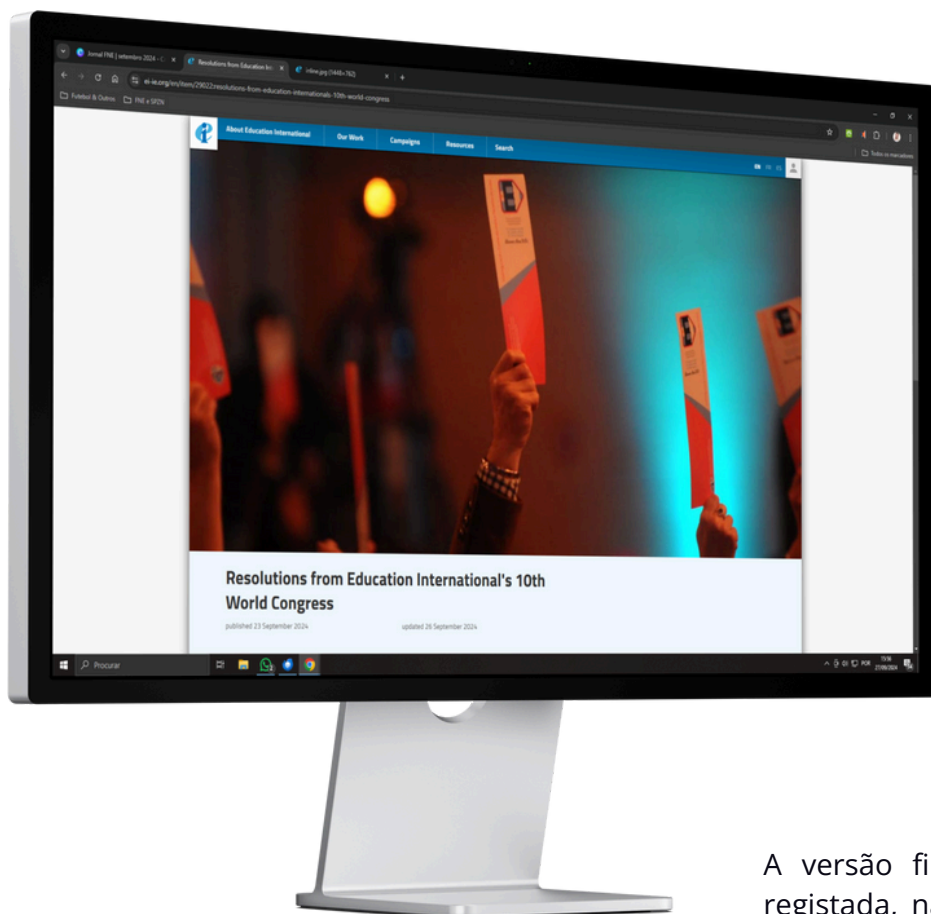


33 Resoluções para o futuro da educação

Em um de agosto, decorreram mais dois plenários. O congresso aprovou 33 resoluções, a partir de cinco temas propostos pelo Comité Executivo da IE: “Afirmção e defesa dos direitos dos povos indígenas no seio e através do sindicalismo”; “Bem-estar e saúde mental dos professores e do pessoal de apoio educativo (PAE): vitais para uma educação de qualidade”; “Tecnologia da educação, Inteligência Artificial e o futuro da profissão docente”; “Rumo a uma política de investigação da IE”; e Resolver o problema da falta de professores”.

As propostas de resoluções tinham sido agregadas em cinco secções diferentes: crescimento dos nossos sindicatos (três resoluções); elevar as nossas profissões (sete resoluções, duas das quais referentes ao pessoal de apoio educativo); defender a Democracia (nove resoluções); assegurar a equidade (cinco resoluções) e promover a paz (nove resoluções).

Na linha seguida pela FNE e pela AFJET em Portugal, o congresso também adotou duas resoluções sobre a emergência climática, levando as suas organizações membros a redobram os seus esforços para promover a justiça e a educação climática a nível global.



As 33 resoluções do Congresso estão **AQUI** disponíveis

As resoluções incluem um vasto leque de ações, desde a defesa sindical da justiça climática e de uma transição justa no setor da educação, até ao apoio aos educadores no envolvimento dos alunos na aprendizagem sobre as alterações climáticas, as suas causas, consequências, desafios e soluções. Assim, assegurar que os alunos estejam adequadamente preparados para os empregos verdes do futuro é também uma prioridade essencial para os sindicatos do presente e do futuro.

A ação da FNE ficou bem assinalada na proposta de alteração que fez no sentido do ponto 16 da resolução sobre o Pessoal de Apoio Educativo (Education Support Personnel) sublinhar a importância da "Declaração de Aveiro" de 18 de maio de 2023 - um documento resultante de um seminário mundial IE / FNE, realizado, naquela data, na cidade portuguesa com o mesmo nome.

A versão final do ponto 16 ficou assim registada, na versão final desta resolução, proposta pelo CSQ/Canada, NEA/EUA, AFT/EUA, CNTE/Brasil, UNSA-Éducation/França e SNUipp/França: "O 10º Congresso Mundial da IE apela aos governos para: (16) Investir em número suficiente de pessoal de apoio educativo formado e qualificado, que tenha boas condições de trabalho e salários que permitam uma vida com dignidade, e percursos profissionais de qualidade, no âmbito da 'Declaração de Aveiro', de 18 de maio de 2023".

Ao final da tarde ocorreu a cerimónia dos Prémios, em que a IE prestou o seu tributo a três educadores sindicalistas, que fizeram a diferença nas suas comunidades, à volta do mundo, dedicando as suas vidas aos direitos humanos e à democracia: Arlene Inouye, Laures Park e Georgiy Trukhanov (ver texto adiante - "Três prémios merecidos"). Este momento foi inserido no debate do tema "Fazer crescer os nossos sindicatos, elevar as nossas profissões, defender a democracia". A partir das 20h00, a IE ofereceu uma recepção aos premiados no Palacio San Miguel, em Buenos Aires.

O dia dois de agosto, último do congresso, foi dia do plenário final, da atuação da Orkestra Popular San Bomba e da cerimónia de encerramento, que se estendeu até às duas da tarde.

A partir do congresso de Buenos Aires, a IE passou a ter um novo Conselho Executivo, que dirige a organização e assegura a implementação das decisões tomadas no Congresso Mundial. A direção da IE passou a contar com os seguintes elementos: **Presidente:** Mugwena Maluleke (SADTU - África do Sul); cinco **Vice-Presidentes:** África: Marième Sakho Dansokho (SYPROS - Senegal); Ásia-Pacífico: Takashi Kajiwara (JTU - Japão); Europa: Johanna Jaara Åstrand (STU - Suécia); América Latina: Heleno Araújo (CNTE - Brasil); América do Norte e Caraíbas: Becky Pringle (NEA - Estados Unidos) e **Secretário Geral:** David Edwards, PhD (NEA - EUA).

Nos dez lugares de cinco Regiões da IE surgem agora dois representantes de **África** (Chade e Etiópia), dois da **Ásia-Pacífico** (Austrália e Índia), dois da **Europa** (Reino Unido e Alemanha), dois da **América Latina** (Costa Rica e Argentina) e dois **América do Norte e Caraíbas:** (México e Canadá). Nos dez lugares abertos para o Comité Executivo a surpresa foi a eleição de Olha Chabaniuk (TUESWU), da Ucrânia.

A nova liderança da IE assume o comando num momento crítico para os sindicatos da educação em todo o mundo, com o mandato de traduzir, nos próximos cinco anos, as resoluções e aspirações, debatidas e adotadas em Buenos Aires, num plano estratégico coerente, ambicioso, sustentável e eficaz.

A nova Direção da IE:



Mugwena Maluleke
Presidente, África do Sul



Marième Sakho Dansokho
Vice-Presidente, África



Takashi Kajiwara
Vice-Presidente, Ásia-Pacífico



Johanna Jaara Åstrand
Vice-Presidente, Europa



Heleno Araújo
Vice-Presidente,
América Latina

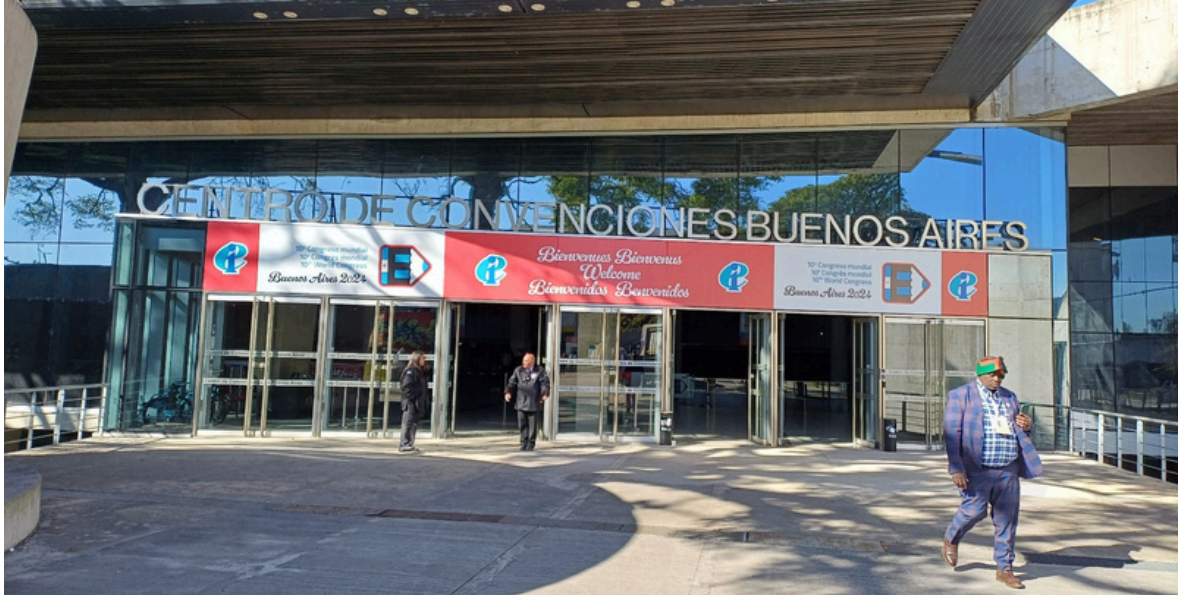


Becky Pringle
Vice-Presidente,
América do Norte-Caraíbas



David Edwards
Secretário-Geral







A FNE defende a inclusão da referência à Declaração de Aveiro na resolução sobre o Pessoal de Apoio Educativo



A FNE na dignificação dos profissionais do ensino superior e investigação dos ataques de políticas conservadoras e neoliberais

Factos e figuras do Congresso



David Edwards

Reeleito para um novo mandato à frente da IE, o norte-americano consolidou a sua posição de líder sindical da educação, a nível global. Nas suas intervenções durante o congresso defendeu o trabalho realizado até então e apontou ao futuro.



Susan Hopgood

A Presidente da IE teve uma intervenção exemplar na abertura do congresso. Nela salientou que “através dos nossos sindicatos, estamos a elevar a nossa profissão às fileiras da liderança para as lutas críticas que temos pela frente”. Figura carismática do sindicalismo mundial da educação, esta australiana passou o testemunho ao novo presidente da IE, o sul-africano Mugwena Maluleke, a quem agora cabe continuar o legado da sua antecessora. A intervenção de Susan Hopgood no final do congresso apenas deixou mais saudades em todos aqueles que lhe reconhecem um trajeto ímpar no empoderamento dos profissionais e no reforço da capacidade dos sindicatos no globo.



Amina J Mohammed

Amina J Mohammed, Secretária-Geral Adjunta da ONU, responsável pelo Desenvolvimento Sustentável, dirigiu-se ao congresso por vídeo, assinalando uma comunhão de objetivos e desafios comuns das Nações Unidas, UNESCO, UNICEF, OIT e IE. As suas palavras homenagearam os professores, educadores e Pessoal de Apoio Educativo de todo o mundo: “Vocês têm estado na vanguarda da educação desde a pandemia da Covid-19. Mostraram resiliência e desenvoltura quando as aulas foram forçadas a ser em linha. Abraçaram mudanças nos currículos para responder às novas tendências emergentes. Têm trabalhado para inverter a maré da crise de qualidade, com cerca de 70% das crianças de dez anos em países de baixo e médio-baixo rendimento incapazes de ler um simples texto. E vocês reconhecem que o aparecimento da aprendizagem digital, da IA generativa e de outras tecnologias irão mudar fundamentalmente a aprendizagem e o ensino.”



FNE com CPLP-SE

A FNE mostrou um empenho total em sublinhar publicamente no congresso todo o seu apoio aos destinos da CPLP-SE, de que é membro. Fê-lo de acordo com a estratégia delineada por esta última organização nos tempos anteriores ao congresso e voltou a fazê-lo durante o congresso, fosse nas propostas de emenda às resoluções, fosse ao facilitar o contacto com outras organizações mundiais, nomeadamente dos EUA. O apoio da FNE tem contribuído para um reconhecimento cada vez maior da IE à CPLP-SE, a exemplo do apoio que a IE já tem consolidado, nos últimos anos, junto das estruturas sindicais das comunidades francófonas e anglófonas.

Três prêmios merecidos

O congresso homenageou três campeões da Educação, dos Direitos Humanos e Sindicais e da Democracia: **Arlene Inouye**, Prêmio Albert Shanker de Educação da EI, por ser uma defensora dos direitos dos asiáticos e das ilhas do Pacífico; **Laures Park**, Prêmio Mary Hatwood Futrell para os Direitos Humanos e Sindicais, pela sua luta pelos direitos do povo Māori e dos grupos minoritários na Nova Zelândia; e **Georgiy Trukhanov**, Prêmio Fred van Leeuwen para a Democracia, por demonstrar uma liderança extraordinária na defesa da soberania e da democracia da Ucrânia, em tempos de guerra contra a invasora Rússia.



Arlene Inouye
– à direita



Laures Park
– ao centro



Georgiy Trukhanov
– ao centro

Pessoal de Apoio Educativo

O congresso debateu as condições de vida e de trabalho do PAE e aprovou uma resolução, proposta pela CSQ/Canadá, NEA/EUA, AFT/EUA, CNTE/Brasil, UNSA-Educação/França e SNUipp-FSU/França. Esta resolução baseia-se na **Declaração de Aveiro** adotada na 2.^a Conferência Mundial do PAE, organizada pela IE e pela FNE, Aveiro, Portugal, em maio de 2023.

No entanto, fica sempre a sensação que as questões destes profissionais correm um pouco à margem dos acontecimentos, em notas de rodapé extensas e com boa vontade, mas a precisar de mais força e de maior sustentação informativa, sindical e académica. Na sessão paralela de 30 de julho, moderada por Marjolaine Perrault (CSQ/Canadá), ficou registado que é necessário um maior investimento para que haja um número suficiente de PAE formado e qualificado, com condições de trabalho de qualidade, salários dignos e carreiras de qualidade.



Marjolaine Perrault
- à direita

As “Madres de la Plaza de Mayo”

Foi prestada uma sentida homenagem à Asociación Madres de la Plaza de Mayo, que conduziram um movimento de resistência pacífica contra a ditadura militar e a repressão na Argentina, como resposta ao desaparecimento forçado e à tortura dos opositores políticos. O símbolo desta associação de luta pelos direitos humanos é um lenço branco, pintado no chão da própria praça. O lenço evoca os seus filhos assassinados e desaparecidos entre 1976 e 1983. As mães e avós da Praça de Maio começaram a fazer manifestações em 1977, em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino, enfrentando o terror da ditadura de então. As mães e avós da Plaza de Mayo são uma inspiração mundial para todos os que lutam pela liberdade, pelos direitos humanos, pela democracia e pela paz.



O símbolo das Mães na Praça de Maio

– Buenos Aires



As “mães e avós” no congresso da IE

A "Marcha de las Piedras" – uma pedra por cada ausência

Este é o nome dado ao protesto que levou centenas de familiares e amigos de cerca de dez mil argentinos mortos pela COVID 19 a manifestarem-se em vários locais do país, incluindo a Quinta de Olivos, residência presidencial, e a Casa Rosada, sede da Presidência da República Argentina, na Praça de Maio, em Buenos Aires. As pedras da foto estão nesta emblemática praça e têm o nome e a data de falecimento das vítimas. Para muitos argentinos, as pedras representam um funeral simbólico e uma despedida que não pôde acontecer. A Marcha de las Piedras foi uma maneira de mostrar a indignação pela controversa gestão da pandemia, do então governo de Alberto Fernández, que serviu entre 2019 a 2023.





DIA 5 outubro
MUNDIAL DO
PROFESSOR
PORTUGAL



Esperança

FAZ A DIFERENÇA

Que as nossas escolas sejam espaços onde todos se sintam valorizados, respeitados e com todas as condições para poderem exercer, com dignidade, o seu trabalho. Que a **Esperança** seja acompanhada pela **Alegria**, inspirando-nos a superar desafios e a alcançar o justo reconhecimento da profissão docente.





Primeiras diretrizes multissetoriais para prevenir a violência e o assédio no trabalho

A Violência e o Assédio por Terceiros no Trabalho (VATT), seja de natureza psicológica, sexual ou física, estão a aumentar e devem ser travados. É por esta razão que os parceiros sociais da União Europeia (UE) em cinco setores, Educação, Governo Local e Regional, Administração Central, Hotelaria (hotéis, bares e restaurantes) e Saúde e Hospitais, negociaram uma revisão das Diretrizes Multissetoriais de 2010 para Combater a Participação de Terceiros por Violência e Assédio relacionados ao trabalho.

As negociações no âmbito do Diálogo Social Europeu decorreram entre março e setembro do corrente ano com o objetivo de rever as Diretrizes adotadas em 2010. As negociações seguiram um projeto de dois anos que reuniu uma investigação detalhada e cerca de 40 boas práticas e políticas sobre como combater a VATT. Estas são as únicas orientações multissetoriais da UE sobre o assunto.

As principais revisões das diretrizes são as seguintes:

- A VATT nunca devem ser normalizados e considerados parte de qualquer trabalho.
- Cada local de trabalho deve ter uma política de VATT acordada com os sindicatos, integrada na saúde e segurança no trabalho, na política de igualdade de género e antidiscriminação, bem como nos direitos sindicais.
- Níveis suficientes de pessoal e carga de trabalho administrável devem contribuir para uma boa política de prevenção da VATT.
- A violência baseada no género é parte integrante da violência e do assédio, tal como previsto na Convenção 190 da OIT.
- Os parceiros sociais, os empregadores e os sindicatos têm um papel importante a desempenhar no combate ao impacto da violência doméstica no trabalho.
- A digitalização, se não for adaptada tanto aos trabalhadores como aos utilizadores dos serviços, pode aumentar os riscos de VATT.
- Combater a persistente subnotificação da VATT, garantindo que os trabalhadores saibam a quem recorrer e o que fazer e não tenham medo de represálias.

Outra melhoria diz respeito à implementação das Diretrizes. Os parceiros sociais envolvidos concordaram em encorajar ativamente os seus membros a integrarem as Diretrizes nos acordos coletivos nacionais para aumentar as possibilidades de uma utilização eficaz.

Embora haja uma pequena referência à violência doméstica em relação ao teletrabalho, os sindicatos preferiam ter alcançado orientações mais detalhadas e atualizadas, para refletir os avanços feitos sobre o assunto em Itália, Espanha, Irlanda ou França.



+ vantagens



www.fne.pt

Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

[Consultar protocolos](#)



FICHA TÉCNICA | SETEMBRO 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- STAEZN - Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas